

## EMENDAS

### EMENDA Nº 1, AO PROJETO DE LEI Nº 322, DE 2021

Dê-se ao parágrafo único do artigo 1º e “caput” dos artigos 3º e 4º do Projeto de Lei nº 322, de 2021, a seguinte redação:

Artigo 1º -…

Parágrafo único - As aulas serão ministradas pelos profissionais do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, mediante o pagamento da Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar (DEJEM) aos policiais militares empregados nesta ação de educação pública, por meio da transferência de recursos oriundos da Secretaria da Educação do Estado, mediante a celebração do respectivo instrumento de parceira. (NR)

Artigo 2º -…

Parágrafo único -…

Artigo 3º - A carga horária do curso terá duração de 04 (quatro) horas.

Artigo 4º - Após conclusão das aulas, os alunos participantes receberão certificados expedidos pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. (NR)

Artigo 5º -…

Artigo 6º -…

Artigo 7º -…

JUSTIFICATIVA

Através da Lei Complementar nº 1.257, de 06 de janeiro de 2015, compete ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), “fixar diretrizes para o planejamento, coordenação e execução das atividades de educação pública nos serviços de bombeiros, com foco na prevenção, na redução de incêndios, acidentes e vítimas” .

Nesse diapasão, a alteração do Parágrafo único do artigo 1º, encontra-se alinhada aos ditames da Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013, atualizada até a Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, que Instituiu a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar (DEJEM), aos integrantes da Polícia Militar do Estado, da qual o Corpo de Bombeiros é órgão integrante, consoante §§ 2º e 3º do artigo 139 da Constituição do Estado de São Paulo, de 05 de outubro de 1989.

Nesse alinhamento, no “caput” do artigo 3º sugere-se a diminuição da carga-horária a fim de adequá-la ao conteúdo do Programa Bombeiro na Escola (PBE) disciplinado em ato normativo em vigor no CBPMESP, propiciando um menor dispêndio de recursos para consecução de seu objeto, com a diminuição dos recursos humanos e materiais empregados nessa ação de educação pública.

De outra banda, a proposta de alteração do “caput” do artigo 4º visa fortalecer e proporcionar uma maior integração entre os órgãos das Pastas da Segurança Pública e da Educação Estaduais, cuja materialização do programa ofertado através da expedição de certificado, tem como foco principal a sensibilização da família e a comunidade, com a transformação dos educandos em agentes transformadores no meio social, de modo a identificarem situações de risco e a evitar que ocorram acidentes, jamais se expondo a situações de perigo.

Diante do exposto, contamos com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em 1/6/2021.

a) Coronel Nishikawa

## DESPACHOS

### DESPACHO DE COAUTORIA

**PL Nº 263/2021**

Deferido o requerimento de coautoria do PL 263/2021.

Em 1/6/2021.

a) CARLÃO PIGNATARI -Presidente

### DESPACHO DE RETIRADA

**MOÇÃO Nº 11/2019**

Deferido o pedido de retirada, nos termos do artigo 176, "caput", do Regimento Interno.

Arquive-se.

Em 1/6/2021.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

# Comissões

## CONVOCAÇÕES

### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CONVOCAÇÃO**

Convoco, nos termos regimentais e do Ato da Mesa nº 16, de 2021, alterado pelo Ato da Mesa nº 18, de 2021, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 02/06/2021, quarta-feira, às 13:00 horas, em Ambiente Virtual, com a finalidade de apreciar pauta anexa.

|                            |                            |                    |
|----------------------------|----------------------------|--------------------|
| <b>Membros Efetivos</b>    | <b>Membros Substitutos</b> |                    |
| Delegado Bruno Lima        | PSL                        | Adalberto Freitas  |
| Márcia Lia                 | PT                         | Maurici            |
| Caio França                | PSB                        | Rafael Silva       |
| Marcos Zerbini             | PSDB                       | Analice Fernandes  |
| Paulo Correa Jr            | DEM                        | Milton Leite Filho |
| Dirceu Dalben              | PL                         | Marcos Damasio     |
| Sebastião Santos           | REPUBLICANOS               | Edna Macedo        |
| Bruno Ganem                | PODE                       | Ataide Teruel      |
| Monica da Mandata Ativista | PSOL                       | Erica Malunguinho  |
| Léo Oliveira               | MDB                        | ---                |
| Marina Helou               | REDE                       | ---                |

Sala das Comissões, em 31/05/2021.

Deputado Caio França

Presidente

#### 3ª Reunião Extraordinária

Para deliberação:

Item 01 - Requerimento do Senhor Deputado Paulo Correa Jr - Requer, nos termos do artigo 13, parágrafo 1º, item 3, da Constituição do Estado de São Paulo, a convocação da Exce-lentíssima Senhora Patrícia Faga Iglecias Lemos, Presidente da CETESB, com o objetivo de prestar à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável informações sobre as licenças ambientais dos terminais de grãos e açúcar do Porto de Santos, bem como acerca do procedimento de autorização para instalação da Unidade de Recuperação de Energia (URE) na Baixada Santista. (Vistas: Deps. Marcos Zerbini, Monica da Mandata Ativista, Marcos Damasio, Paulo Correa Jr.)

Item 02 - Requerimento da Senhora Deputada Monica da Mandata Ativista - Requer, nos termos regimentais, a CONVOCAÇÃO do Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente, Senhor Marcos Penido, para que informe quais as medidas tomadas pela Pasta e quais ações de combate à fome e apoio aos agricultores foram efetuadas,considerando o período de pandemia do covid-19. (Vistas: Deps. Marcos Zerbini, Monica da Mandata Ativista, Marcos Damasio, Paulo Correa Jr.)

Item 03 - Requerimento do Senhor Deputado Carlos Gian-nazi - Requer a CONVOCAÇÃO do Prof. Dr. Luís Fábio Silveira, Presidente do Conselho Superior daFundação Parque Zoológico de São Paulo, para esclarecer a esta Comissão Permanente sobre o impacto da proposta de extinção da entidade, contida no Projeto de Leimº 529, de 2020, de autoria do Governador

do Estado. (Vistas: Deps. Marcos Zerbini, Monica da Mandata Ativista, Marcos Damasio, Paulo Correa Jr.)

Item 04 - Requerimento do Senhor Deputado Carlos Gian-nazi -Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. Luis Alberto Bussi, Diretor Geral do Instituto Florestal, para esclarecera esta Comissão Permanente sobre o impacto da proposta de extinção da entidade, contida no Projeto de Lei nº 529, de 2020, de autoria do Governador do Estado. (Vistas: Deps. Marcos Zerbini, Monica da Mandata Ativista, Marcos Damasio, Paulo Correa Jr.)

Item 05 - Requerimento do Senhor Deputado Carlos Gian-nazi -Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. Silvani Alves Pereira, Presidente da Companhia do Metropolitan de São Paulo, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Permanente sobre o obra a ser realizada pelo Consórcio Linha 02 Verde na região do Jardim Têxtil,suprimindo355 árvores existentes na Praça Mauro Broco, além de afetar o Parque Linear Rapadura, na Zona Leste da Capital. (Vistas: Deps. Marcos Zerbini, Monica da Mandata Ativista, Marcos Damasio, Paulo Correa Jr.)

Item 06 - Requerimento do Senhor Deputado Carlos Gian-nazi - Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. Marcos Penido, Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, para prestar esclarecimentos sobre a formaçãoo do Novo Instituto de Pesquisa da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), após a aprovação do PL 529/2020, convertido na Lei nº 17.293/2020. (Vistas: Deps. Marcos Zerbini, Monica da Mandata Ativista, Marcos Damasio, Paulo Correa Jr.)

Item 07 - Requerimento do Senhor Deputado Carlos Gian-nazi - Requer a CONVOCAÇÃO: - do Sr. Marcos Penido, Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente; - do Sr. Antonio Claret de Oliveira, Diretor-Superintendente do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP; - do Sr. Milton Roberto Persoli, Diretor-Geral da Agencia de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, para prestarem esclarecimentos sobre o processo de concessão de áreas adicionais ao aeroporto de Jundiaí, à concessionária VOA-SP, em especial do terreno atualmente destinado para as atividades da Associação Mata Ciliar, entidade não governamental que atua em defesa da preservação ambiental. Também, para que esclareçam sobre as obras realizadas pela concessionária VOA-SP, que tem gerado prejuizos ao meio ambiente da região, com corte de mata preservada e com ruídos e que afetam os animais silvestres. (Vistas: Deps. Marcos Damasio, Paulo Correa Jr.)

Item 08 - Requerimento da Senhora Deputada Monica da Mandata Ativista que requer a convocação dos Secretários Municipal do Meio Ambiente de Jundiaí e Estadual do Meio Ambiente, para esclarecer a esta Comissão Permanente sobre concessão à empresa VOA SP, de área já anteriormente concedida à ONG Mata Ciliar. (Vistas: Deps. Marcos Damasio, Paulo Correa Jr.)

Item 09 - OFÍCIO Nº 267/2021/SFA-SP/SE/MAPA que, atendendo ao disposto no artigo 35 do Decreto n.º 6.323 de 27/12/2007, solicita a indicação de representantes da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para compor a Comissão da Produção Orgânica em São Paulo - CPOrg/SP (titular e suplentes), para o biênio 2021/2022.

Para ciência:

Item 10 - Mensagem eletrônica recebida da SOCIEDADE AMIGOS DA REPRESA DOS RIOS JACARÉ E JAGUARI - SARJ, encaminhando Moção em Defesa da APA do Sistema Cantareira, assinada por inúmeras instituições, 'manifestando-se veementemente contra quaisquer alterações que possam ser promovidas no Decreto Nº 65.244/2020, visando a manutenção das conquistas ambientais que retratam condições essenciais para a proteção da água, elemento vital para a sobrevivida da sociedade paulista.', solicitando a manutenção do Decreto nº 65244/2021 com a redação original. Encaminham abaixo-assinado, que até o envio da comunicação atingia 5698 assinaturas de apoio à APA Cantareira e manutenção do referido Decreto, assim como matéria repercutida na imprensa sobre o movimento em defesa da APA Cantareira, realizada no dia 15 de maio de 2021, por técnicos dos Condemas, sociedade civil, representantes de loteamentos regularizados, ambientalistas e vereadores, entre outros.

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

**CONVOCAÇÃO**

Convoco, nos termos regimentais e do Ato da Mesa nº 16, de 2021, alterado pelo Ato da Mesa nº 18, de 2021, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para uma Reunião Extraordinária a realizar-se no dia 02/06/2021, quarta-feira, às 13:30 horas, no Ambiente Virtual, com a finalidade de apreciar a pauta anexa.

|                                   |                            |                    |
|-----------------------------------|----------------------------|--------------------|
| <b>Membros Efetivos</b>           | <b>Membros Substitutos</b> |                    |
| Rodrigo Gambale                   | PSL                        | Tenente Nascimento |
| Enio Tatto                        | PT                         | Emidio de Souza    |
| Maurici                           | PT                         | José Américo       |
| ---                               | PSB                        | Roberto Engler     |
| Carla Morando                     | PSDB                       | Analice Fernandes  |
| Cezar                             | PSDB                       | Maria Lúcia Amary  |
| Milton Leite Filho                | DEM                        | Paulo Correa Jr    |
| Rafa Zimbaldi                     | PL                         | André do Prado     |
| Ricardo Madalena                  | PL                         | Marcos Damasio     |
| Jorge Wilson Xerife do Consumidor | REPUBLICANOS               | Altair Moraes      |
| Léo Oliveira                      | MDB                        | ---                |
| Roberto Moraes                    | CIDADANIA                  | ---                |
| Alexandre Pereira                 | SD                         | ---                |

Sala das Comissões, em 31/05/2021.

Deputado Rafa Zimbaldi

Presidente

#### 4ª Reunião Extraordinária

1 - Projeto de lei 522/2019 - Deputado Agente Federal Danilo Balas - Dá nova redação ao artigo 9º da Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. - Deputado Rodrigo Gambale - favorável - C.

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

2 - Projeto de lei 276/2019 - Deputado Mauro Bragato - (CONCLUSIVA) Denomina "Daniel Pachega" a ponte localizada nas proximidades do km 440 ao km 442 da Rodovia Assis Chateaubriand - SP 425, em Indiana. - Deputado Rodrigo Gambale - favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR

3 - Moção 120/2020 - Deputado Aprigio - (CONCLUSIVA) Apela ao Sr. Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL no sentido de que determine a adoção de medidas urgentes a fim de dar o suporte necessário para melhoria nos serviços de internet prestados no Estado, em especial no Município de Taboão da Serra e região. - Deputado Léo Oliveira - favorável, conclusivamente

Item 4 - Requerimento nº 1/2021, de autoria do Deputado Enio Tatto, para a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, em caráter de urgência, mesmo que em

AMBIENTE VIRTUAL por esta Comissão de Transporte e Comunicações para discussão sobre o sobre a extensão da Linha 5-Lilás do Metrô - Jardim Ângela e da duplicação da Estrada do M'Boi Mirim na extremidade da Região Sul do Município de São Paulo. Vistas: Dep. Cezar, Dep. Enio Tatto.

Item 5 - Requerimento CTC nº 2/2021, de autoria do Deputado Roberto Moraes, que a Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, seja notificada à NÃO proceder o início das cobranças de tarifas de pedágio, nos trechos operados pela concessionária EIXO, compreendendo a SP-308 'Rodovia Herminio Petrin' (Piracicaba/ Charqueada), SP-304 'Rodovia Geraldo de Barros' (Piracicaba/ São Pedro) e SP-191 (Ipeúna/ Santa Maria da Serra).

Item 6 - Requerimento CTC nº 3/2021, de autoria do Deputado Rodrigo Gambale, solicitando as realizações de novas

audiências públicas, relacionadas ao Projeto de Concessão do Lote de Rodovias do Litoral Paulista Mogi das Cruzes, tendo em vista que as últimas audiências públicas ocorreram às 10h da manhã, horário esse que não contribui para a participação da população, pois muitos cidadãos se encontram em seus respectivos trabalhos no horário apresentado, fato esse que posteriormente virá a se reincidir, se a atual orientação não for acertada.

### COMISSÃO DE DEFESA E DOS DIREITOS DAS MULHERES

**CONVOCAÇÃO**

Convoco, nos termos regimentais e do Ato da Mesa nº 16, de 2021, alterado pelo Ato da Mesa nº 18, de 2021, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros efetivos da Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres, para a Reunião Especial de Eleição de Presidente e Vice-Presidente deste Órgão Técnico, para o segundo Biênio da Décima Nona Legislatura, a ser realizada no dia 07/06/2021, segunda-feira, às 10:00 horas, no Ambiente Virtual.

**Membros Efetivos**

|                    |              |
|--------------------|--------------|
| Leticia Aguiar     | PSL          |
| Márcia Lia         | PT           |
| Professora Bebel   | PT           |
| Dra. Damaris Moura | PSDB         |
| Patrícia Bezerra   | PSDB         |
| André do Prado     | PL           |
| Edna Macedo        | REPUBLICANOS |
| Isa Penna          | PSOL         |
| Leci Brandão       | PC do B      |
| Afonso Lobato      | PV           |
| Marina Helou       | REDE         |

Sala das Comissões, em 01/06/2021.

Deputada Márcia Lia

# Debates

## 26 DE MAIO DE 2021 36ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

|  |
|--|
| Presidência: CARLÃO PIGNATARI e VINÍCIUS CAMARINHA |
|--|

### RESUMO

|  |
|--|
| ORDEM DO DIA   |
| 1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI  |
| Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 723/20.  |
| 2 - MAURICI  |
| Discute o PL 723/20.   |
| 3 - ENIO LULA TATTO  |
| Discute o PL 723/20.   |
| 4 - VINÍCIUS CAMARINHA   |
| Discute o PL 723/20.   |
| 5 - DR. JORGE LULA DO CARMO  |
| Discute o PL 723/20.   |
| 6 - JOSÉ AMÉRICO LULA  |
| Discute o PL 723/20.   |
| 7 - VINÍCIUS CAMARINHA   |
| Assume a Presidência.  |
| 8 - VALERIA BOLSONARO  |
| Discute o PL 723/20.   |
| 9 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI  |
| Assume a Presidência.  |
| 10 - ISA PENNA   |
| Discute o PL 723/20.   |
| 11 - ADALBERTO FREITAS   |
| Discute o PL 723/20.   |
| 12 - VINÍCIUS CAMARINHA  |
| Assume a Presidência.  |
| 13 - ALEX DE MADUREIRA   |
| Discute o PL 723/20.   |
| 14 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI   |
| Assume a Presidência.  |
| 15 - CEZAR   |
| Discute o PL 723/20.   |
| 16 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI   |
| Encerra a discussão do PL 723/20. Pergunta às lideranças se há acordo para o levantamento da presente sessão.  |
| 17 - JANAINA PASCHOAL  |
| Para questão de ordem, indaga quando será votada a Moção 110/21, em homenagem ao ex-prefeito da Capital, Bruno Covas, falecido em 16/05.   |
| 18 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI   |
| Informa que a Moção 110/21 já foi aprovada conclusivamente nas comissões. Convoca uma sessão extraordinária em ambiente virtual, a ter início às 15 horas de hoje, com Ordem do Dia. Levanta a sessão. |
| * * *  |
| - Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.  |
| * * *  |

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.
\* \* \*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e declara aberta a 36ª Sessão Extraordinária em Ambiente Virtual.

Discussão e votação do Projeto de lei nº 723, de 2020, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a instituição de distritos turísticos do estado de São Paulo, sobre a utilização da marca “São Paulo para todos” e dá providências correlatas, com um substitutivo e 15 emendas. Art. 26 da Constituição do Estado.

Com a palavra, inscrito de ontem ainda, remanescente, deputado Maurici.

O SR. MAURICI - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de mais nada, um bom dia a todas e a todos. Eu, como alguns sabem, nem todos, venho de Franco da Rocha, que é uma cidade aqui na Grande São Paulo, fica próxima, encravada entre Caieiras, Francisco Morato e Mairiporã.

Franco da Rocha tem a sua origem no Hospital do Juqueri, praticamente. Fora uma atividade de mineração incipiente, que havia antes disso, a origem da cidade remonta a esse hospital no final do século passado.

Esse hospital já foi o maior hospital psiquiátrico da América Latina, já concentrou lá uma população de 17 mil internos, mas no início dos anos 80, com a nova política antimanicomial, ele foi paulatinamente sendo desativado. Eu acredito que hoje já não tenha mais nenhum paciente psiquiátrico lá.

Mas lá tem uma área de 2.400 hectares, uma boa parte dela foi transformada em parque estadual. É uma última região remanescente de vegetação de cerrado na Grande São Paulo, foi transformado em parque estadual. E tem também um conjunto arquitetônico do mestre Ramos de Azevedo, com mais de 100 anos, que está lá.

Uma parte, não diria assim a mais significativa, mas a parte central, onde ficava a direção do hospital e a biblioteca, sofreu incêndio há alguns anos, e o resto do conjunto arquitetônico está lá, uma parte dele foi passada para prefeitura. A prefei-

tura tem se esforçado em restaurar esses prédios, porque são prédios tombados, de valor arquitetônico, histórico e cultural muito grande.

Em um deles, inclusive, ela instalou, acabou de instalar agora o Museu Osório Cesar. O Museu Osório Cesar tem cerca de oito mil trabalhos de artes plásticas originadas da técnica de arterterapia produzidas pelos pacientes daquele hospital ao longo desses mais de 100 anos.

O raciocínio que eu quero desenvolver é o seguinte: há algum tempo aquele era o fator de desenvolvimento, algum tempo e por muito tempo o Hospital do Juqueri foi um fator de desenvolvimento para a cidade, o maior empregador, o responsável pela vida, pela sobrevivida de todas, ou praticamente todas as famílias que lá viviam, inclusive a minha.

O meu pai foi escriturário no Hospital do Juqueri, minha mãe foi servente durante muito tempo. De 1980 para cá ele passou a ser visto pela elite da cidade, por vários dos prefeitos que lá passaram, vereadores, como um entrave para o desenvolvimento da cidade.

Há uma corrente forte, ou havia uma corrente forte, que entendia que devia ser dado qualquer outro destino para aquilo lá e que a cidade era privada de ter indústrias, era privada de oferecer empregos, era privada de oferecer acúmulo de capital na região em função de que um terço da área física do município era propriedade do Governo do Estado.

Esse é o caso de Franco da Rocha, com parque estadual e com o Hospital do Juqueri, mas a gente pode olhar para Mairiporã e pode ver que praticamente toda a cidade de Mairiporã tem também um parque estadual, Parque da Cantareira, tem uma represa, Paiva Castro, e tem uma grande área, praticamente toda área do município é em área de proteção ambiental. Isso vale para Caieiras, vale para outras cidades da Grande São Paulo, por exemplo, Itapeperica da Serra, que tem uma área verde grande a ser preservada.

Todos esses municípios têm em comum a pressão da especulação imobiliária. Muito bem, eu venho me debruçando com prefeitos, vereadores, agentes políticos e econômicos lá da minha região em uma cruzada, entre aspas, eu diria, tentando convencer as pessoas que o que hoje pode ser um fator de entrave para o desenvolvimento pode ser o grande ativo nas próximas décadas.

E que o nosso desafio, o desafio da nossa geração é encontrar como transformar ativos ambientais, culturais, históricos, arquitetônicos também em ativos econômicos. E o caminho que me parece mais plausível para isso, que eu vejo hoje, é o turismo.

Por isso que quando eu vejo um projeto como esse, que o Governo do Estado mandou para esta Casa, me dá algum alento, algum ânimo de que essa possa ser mesmo a vocação de várias das nossas cidades, dos nossos municípios, pode ser um fator de desenvolvimento sustentável, equilibrado ambientalmente, mas que ao mesmo tempo possa oferecer alternativas de emprego e renda para a população.

O problema é que quando a gente olha para o projeto nós vamos ver, não estou com ele em mãos agora, mas me parece que ele tem sete artigos. O primeiro artigo fala do conceito, do porquê é preciso ter aqueles distritos.

O segundo fala de tudo o que precisa ser feito antes de implantar os distritos, e aí tem uma série de estudos, levantamentos, tal, tal, que precisa ser feito antes do distrito, depois fala do distrito e para que ele serve.

Eu me lembro que tem um dos itens lá, por exemplo, que fala que serve para garantir o desenvolvimento da região, como se a simples aprovação do projeto de lei, a transformação dele em lei garantisse alguma coisa.

Depois ele vai caminhando para os “finalmentes”, mas em nenhum momento eu vi ali como é que o governo pretende garantir, estimular, aprimorar, fortalecer, implantar. Não tem. Não tem ali, por exemplo, uma fala de crédito, não fala quem é que vai oferecer crédito, para que tipos de atividades, em que nível de crédito vai ter.

Então o projeto é um projeto muito, muito, eu diria, desnecessário, porque de verdade, de verdade, ele não faz nada de novo na questão da exploração ou do desenvolvimento da indústria do turismo do estado.

Mesmo a marca “São Paulo para todos”, eu acho que essa marca, inclusive, já foi usada pelo governo da Luiza Erundina, no início dos anos 80. Se não me engano era isso, “São Paulo para todos”. E foi objeto de execração da mídia, dos adversários do Partido dos Trabalhadores naquela ocasião.

Francamente, não vejo problema na marca. Não considero interessantes essas questões que foram colocadas por vários colegas, que o símbolo, a imagem, o ícone de um programa de governo deve ser aquele que é permanente, que é de Estado, e não de Governo. Mas também não veria nenhum problema em aprovar nesse projeto essa coisa do “São Paulo para todos” .

O que eu acho é isso, eu acho que ele é desnecessário. Sinceramente, eu acho que o governo perdeu tempo, gastou dinheiro, gastou energia para construir uma coisa que não serve absolutamente para nada. Não acho que nada vá ser transformado depois da aprovação desse projeto no turismo no Estado.

Mais do que isso, talvez o governo João Doria gaste o próximo um ano e meio que tem de mandato para fazer esses levantamentos aí, coisa que eu duvido que faça. Porque, por exemplo, eu falei agora a pouco do parque estadual lá em Franco da Rocha, Parque Estadual do Juquery. Aquele parque estadual não tem plano de manejo.

O governo está falando de fazer tantos levantamentos para identificar a vocação, o potencial das regiões que ele quer criar, e sequer os ativos já existentes que podem ser transformados em desenvolvimento do turismo estão adequados para isso. É o caso do Parque Estadual de Juquery, que não tem sequer um plano de manejo.

Então, Sr. Presidente, eram essas as considerações que eu queria fazer aqui. É mais um projeto que não vejo o porquê de urgência, não vejo o porquê desse atropelo. E de novo, municípios foram ouvidos? Essa é a melhor formulação para o turismo no Estado? Eu tenho as minhas dúvidas.

Então, acho que a gente deveria debater com muito mais calma, com muito mais tranquilidade. Talvez o governo fizesse um bem para todos nós se retirasse esse projeto, encaminhasse a elaboração daqueles estudos que ele próprio entende necessários para implantação de um projeto de distritos.

E depois, com base nesses estudos já feitos e analisados pelo governo, pela Secretaria de Turismo, e por essa Casa, por que não? E pelos prefeitos e câmaras de vereadores do Estado, por que não? Até apresentado para a iniciativa privada, de quem se espera investimentos, uma criação de uma indústria de turismo mais robusta no Estado, pudesse opinar. Para que a sociedade pudesse ver e opinar.

Então, eu peço aos Srs. deputados, às Sras. deputadas que rejeitem esse projeto, que não vai fazer nenhuma diferença, pelo contrário, talvez nos livre de problemas futuros, ao deixarmos abertas janelas para que outras coisas possam ser feitas pelo governo estadual em relação ao turismo no Estado, por decreto e sem a participação desta Casa.

É isso que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigada, deputado Maurici. Com a palavra o deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento todos os deputados, as deputadas e o público que nos assiste. Eu vou na mesma linha que meus colegas colocaram ontem, entre eles o deputado Maurici. É um projeto vazio, genérico, que tem o corpo, mas dentro do corpo não tem nada, não explica nada.

Por exemplo, quando ele trata da relação com a iniciativa privada. Qual é a relação? O que nós temos de conhecimento dessa relação que o governo do estado de São Paulo, de João Doria, vai ter com a iniciativa privada, para criar esses distritos turísticos?